Estudo Técnico Preliminar

Requisitante: Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social (SEDIS), Departamento de Proteção Social Básica (DPSB).

Responsável pelo estudo e planejamento: Felipe de Freitas

1 — Descrição da Necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar analisa a necessidade de estruturação tecnológica das unidades vinculadas ao Departamento de Proteção Básica da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, com foco na garantia da infraestrutura necessária para a operacionalização das atividades finalísticas da Assistência Social.

Como porta de entrada para as políticas públicas do setor, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) desempenha papel fundamental na promoção e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, desenvolvendo ações essenciais junto ao público residente em territórios de alta vulnerabilidade.

Para que essa atuação seja efetiva, as unidades operam com atendimento direto à população, o que demanda ferramentas ágeis para a execução de oficinas, cursos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o acompanhamento técnico do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), visando sempre prevenir a ruptura de vínculos e garantir o acesso a direitos.

Nesse contexto, e visando assegurar um atendimento pautado pela eficácia e dignidade, está em curso a implantação de uma nova unidade do CRAS no bairro Parque Aeroporto. Tal iniciativa justifica-se pela necessidade de ampliar o alcance da Proteção Social Básica em uma região que se apresenta como a mais densamente povoada do território, atualmente assistida pelo CRAS Sabará.

A descentralização desse atendimento é estratégica para otimizar a oferta de serviços e garantir a capilaridade da assistência no município. Diante desse cenário de expansão institucional, evidencia-se a imperatividade da aquisição de soluções de processamento de dados e interface digital, que servirão como suporte físico indispensável para a alimentação de sistemas governamentais, elaboração de relatórios técnicos, consultas e atendimentos digitais.

Somado à demanda da nova unidade, o presente estudo também prevê a aquisição de equipamentos destinados a suplementar as necessidades operacionais das demais unidades que compõem esta Diretoria de Proteção Social Básica.

Esta necessidade também se repete na Proteção Social Especial, que trabalha com usuários oriundos da rede socioassistencial, focando sua atuação para aqueles que sofreram violação de

direitos, e no Departamento de Políticas Transversais de Inclusão e Proteção Social. Lançando mão dos mesmos sistemas e plataformas, a Especial necessita do avanço tecnológico para a oferta adequada dos serviços, operacionalizando plataformas como o SIGAS e o CadÚnico.

Dividindo-se entre Média Complexidade e Alta Complexidade, a Proteção Social Especial estende seu atendimento para todo o município, abarcando os territórios dos 6 CRAS, e sendo a principal articuladora junto ao Poder Judiciário, sendo responsável pelos Acolhimentos Municipais de crianças e adolescentes.

Já o Departamento de Políticas Transversais de Inclusão e Proteção Social articula as diversas políticas transversais que permeiam o SUAS, incluindo demandas voltadas para a família e para a mulher, para pessoas com deficiência, crianças e adolescentes. Da mesma maneira que os demais Departamentos, a necessidade de aprimoramento tecnológico coloca-se como uma barreira ao acesso da população a serviços dignos.

Por fim, a aquisição ora proposta visa atender também à demanda do Departamento Técnico de Administração do SUAS, especificamente o setor de Vigilância Socioassistencial. Tendo em vista a natureza do trabalho realizado por esta equipe, que subsidia as ações da Secretaria, faz-se necessário o aprimoramento de seus aparatos tecnológicos para a adequada execução de suas atividades.

Portanto, a aquisição destes recursos como um todo é condição necessária para a plena execução das atividades da Proteção Social Básica, permitindo que as equipes atuem em estrita observância às Orientações Técnicas do CRAS e assegurem a continuidade dos serviços essenciais à população.

2 — Plano de Contratações Anual

Não se aplica, posto que o município não possui Plano Anual de Contratação vigente até a presente data.

3 — Requisitos da Contratação

3.1. A empresa contratada deverá ser devidamente regulamentada, em conformidade com a legislação vigente, de maneira que encontre-se apta a fornecer para o Poder Público;

3.2. Os materiais a serem utilizados na solução deverão ser novos, de qualidade adequada, ainda em linha de fabricação, fornecidos em embalagem lacrada, devendo estar de acordo com as últimas revisões dos padrões da INMETRO/ABNT;

3.3. A solução deverá apresentar materiais duráveis, tendo em vista o uso frequente, e resistentes ao desgaste. É necessário que os materiais apresentem resistência, e que estejam de acordo com quaisquer descrições oriundas deste Estudo Técnico Preliminar, ou de documentos derivados deste;

3.3.1. Entende-se por durabilidade, para fins deste ETP, a capacidade do bem de manter suas características funcionais e estruturais sob uso frequente, devendo os materiais possuir acabamento que suporte a limpezas rotineiras e manipulação constante, em estrita observância às descrições técnicas de composição anexas a este documento;

3.4. Os equipamentos fornecidos devem ser preferencialmente bivolts;

3.5. Onde couber, deve-se dar prioridade para materiais sustentáveis, que possuam capacidade biodegradável ou reciclável;

3.6. O prazo de garantia dos equipamentos será de, no mínimo, 36 meses *on-site* , contados da data do recebimento definitivo.

4 — Estimativa das Quantidades

Para a definição do quantitativo de soluções de processamento de dados e interface digital, considerou-se a capacidade física da unidade e o quadro de pessoal técnico. Nos ambientes de uso compartilhado e atendimento ao público (Recepção, Salas de Atendimento e Atividades), previu-se um equipamento por ambiente a fim de viabilizar o suporte administrativo direto e o registro imediato das demandas dos munícipes.

Para a Sala de Equipe, o cálculo fundamentou-se na composição mínima para o pleno funcionamento do CRAS. Foram estimados 7 equipamentos para atender simultaneamente a 3 assistentes sociais, 1 psicólogo, 1 coordenador, 1 orientador social e 1 escriturário, garantindo que o exercício das funções técnicas e administrativas não sofram interrupção por falta de infraestrutura.

Adicionalmente, o estudo contemplou a necessidade de suplementação das demais unidades vinculadas à Diretoria de Proteção Social Básica (DPSB), com a previsão de 2 equipamentos destinados a suprir lacunas operacionais nas unidades existentes, e do Departamento de Proteção Social Especial (DPSE), prevendo 5 equipamentos para tanto. Para o Departamento de Políticas Transversais de Inclusão e Proteção Social (DPTIPS), visando sua estruturação local e o atendimento a uma Emenda Municipal, foram previstas 2 unidades.

De forma complementar, incluiu-se a demanda da Vigilância Socioassistencial, setor responsável pela produção de dados e monitoramento da rede (Proteção Básica, Especial e OSCs). Para este setor, que conta com uma equipe de 4 colaboradores (3 servidores estatutários e 1 estagiário), identificou-se a necessidade de 2 unidades do referido equipamento para suplementar o quadro de máquinas atual, adequando-o à complexidade técnica das análises e tabulações realizadas pela equipe.

A distribuição detalhada do objeto consta na tabela abaixo:

Unidade/ Local	Local	Quantidade

CRAS Parque Aeroporto	Recepção	1
CRAS Parque Aeroporto	Sala de atendimento 1	1
CRAS Parque Aeroporto	Sala de atendimento 2	1
CRAS Parque Aeroporto	Sala de equipe	7
CRAS Parque Aeroporto	Sala de atividades coletivas 1	1
CRAS Parque Aeroporto	Sala de atividades coletivas 2	1
DPSB	Suplementação Técnica	2
DPSE	Suplementação Técnica	5
DPTIPS	Suplementação Técnica	2
Vigilância Socioassistencial	Suplementação Técnica	2

Desta forma, constatou-se a necessidade total de 23 unidades de processamento de dados e interface digital para o atendimento integral das demandas apresentadas. Tais recursos são indispensáveis para assegurar a recepção qualificada, o registro fidedigno dos atendimentos sociais, a realização de oficinas e a produção técnica que subsidia toda a política de assistência municipal.

5 — Levantamento de Mercado

De forma a fundamentar a base das pesquisas realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, foi realizada uma avaliação técnica de diferentes soluções de processamento de dados e interfaces digitais disponíveis no mercado. Dentre as alternativas avaliadas, considerou-se a aplicabilidade de microcomputadores (desktops), notebooks, smartphones e tablets para o atendimento das necessidades das unidades.

Em análise preliminar, verifica-se que os smartphones e tablets atendem à demanda de forma limitada, devido às dimensões reduzidas de tela e à menor capacidade de processamento para multitarefas complexas, sendo opções viáveis apenas em cenários específicos de atividades de campo fora da unidade.

Desta forma, a análise concentrou-se no comparativo entre microcomputadores e notebooks. Embora o notebook ofereça a vantagem da portabilidade, o microcomputador (desktop) demonstra-se superior por apresentar maior robustez técnica, facilidade de manutenção e ergonomia superior para jornadas de trabalho contínuas. Adicionalmente, o microcomputador possui um ciclo de vida útil geralmente mais longo e um custo de aquisição menor para configurações de hardware equivalentes, garantindo um desempenho mais estável no acesso aos sistemas governamentais

pesados e na execução de softwares administrativos sem os riscos de desgaste de bateria ou danos físicos comuns em equipamentos portáteis. Assim, conclui-se que o microcomputador é a solução que melhor equilibra o desempenho técnico com a necessidade de estações fixas de atendimento.

No que tange às modalidades de contratação, foram exploradas as opções de compra direta e aluguel. O aluguel apresenta a vantagem teórica da reposição imediata em caso de avarias; entretanto, considerando que a Prefeitura Municipal de Taubaté possui equipe especializada na manutenção de equipamentos de informática, tal benefício perde relevância diante do custo elevado das mensalidades.

Tendo em vista o tempo de vida útil dos equipamentos, o valor despendido com o aluguel superaria o custo da aquisição em curto prazo, tornando a locação uma opção economicamente desvantajosa.

O comparativo entre as formas de aquisição consta na tabela abaixo:

Critério de Avaliação	Compra Definitiva	Locação
Custo-benefício	Alto: Investimento único com amortização ao longo da vida útil (média de 5 anos).	Baixo: Pagamentos mensais contínuos que, somados, superam o valor do bem em curto prazo.
Patrimônio	O equipamento passa a integrar o patrimônio público municipal.	O equipamento pertence à empresa contratada e deve ser devolvido ao fim do contrato.
Manutenção	Executada pela equipe técnica própria da Prefeitura, sem custos adicionais de contrato.	Executada pela empresa locadora, com custo embutido nas mensalidades.
Economicidade	Opção mais vantajosa, considerando a estrutura de suporte já existente no município.	Desvantajosa a longo prazo devido ao acúmulo de parcelas e falta de retorno patrimonial.
Customização	Liberdade total para instalação de softwares governamentais e upgrades de hardware.	Restrita às condições contratuais da empresa locadora.

Desta forma, a compra definitiva dos equipamentos consolida-se como a opção mais vantajosa para a municipalidade, assegurando a incorporação do bem ao patrimônio público e maximizando a economicidade, uma vez que a estrutura de suporte local da Prefeitura garante a sustentabilidade da operação sem custos adicionais de terceirização.

Ademais, ressalta-se que as verbas que compõem este Estudo advém inclusive de Emenda Municipal e de verba Estadual, devidamente carimbadas para a aquisição de itens permanentes, reforçando a importância da aquisição nesse formato.

6 — Estimativa do Valor de Contratação

Para a estimativa do valor, foi realizada pesquisa no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), tendo em vista a natureza comum dos itens, tendo como base o valor médio de cada equipamento.

Item	Quantidade	Valor	Valor Total
Microcomputador	23	R$ 8.300,00	R$ 190.900,00

A partir dos dados levantados, estima-se que valor para atendimento da demanda levantada neste ETP seria de R$ 190.900,00.

7 — Descrição da Solução como um Todo

Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a solução que melhor atende às necessidades do Departamento de Proteção Social Básica, Especial, do Departamento de Políticas Transversais de Inclusão e Proteção Socia e da Vigilância Socioassistencial é a aquisição de Microcomputador (desktop) completos. Tal escolha visa o pleno funcionamento da futura unidade CRAS Parque Aeroporto, e das unidades listadas anteriormente.

Dada a ampla diversidade de modelos no mercado, recomenda-se a exigência de catálogos técnicos ou documentos correlatos durante a fase de seleção de fornecedores, assegurando a conformidade das especificações antes da adjudicação do objeto. Tais documentos deverão ser analisados não apenas por este Departamento, mas também pelo corpo técnico de informática da Prefeitura.

No que tange as garantias e as questões de sustentabilidade, os equipamentos devem possuir prazo de garantida de 36 meses *on-site*, contados a partir do recebimento definitivo. Uma vez incorporados ao patrimônio da municipalidade, os itens deverão ter seu ciclo de vida monitorado até que atinjam a obsolescência tecnológica, momento em que serão destinados ao descarte via leilão público. A solução apresenta um ciclo de vida útil indeterminado, condicionado ao zelo e à manutenção adequada, e não acarreta impactos ambientais significativos, visto que os componentes são de baixa complexidade e não geram resíduos tóxicos sob manuseio e descarte normatizados.

Para a viabilização da compra, propõe-se o fomento à competitividade por meio da escolha de materiais com ampla disponibilidade no mercado, buscando o equilíbrio ideal entre custo e benefício. Nesse sentido, sugere-se a utilização da modalidade Pregão Eletrônico como rito para a efetivação da compra.

As entregas deverão ser realizadas no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Taubaté, tendo em vista que o local possui espaço adequado, servidores qualificados e a devida responsabilidade para conferência dos materiais, em conjunto com este Departamento.

Assim, o acompanhamento das entregas será realizada por representantes deste Departamento, junto com o crivo técnico do Departamento de Inovações e Tecnologia, de forma que as mesmas passem por rigorosa fiscalização. Quaisquer notificações que venham a ser necessárias, seja pelas condições de entrega, seja por vícios ou defeitos apresentados pelos produtos, serão devidamente reportados ao fornecedor para substituição dos produtos.

Por fim, a solução apresentada possui natureza completa e autossuficiente para as demandas atuais das unidades envolvidas, configurando um investimento integral que torna desnecessárias outras contratações correlatas para a mesma finalidade.

8 — Justificativa para Parcelamento ou Não

Conforme o estudo realizado, e tendo em vista a natureza do item bem como a necessidade de padronização dos mesmos, não identificou-se a necessidade do parcelamento.

9 — Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

A aquisição das soluções tecnológicas ora propostas visa suprir as lacunas de infraestrutura desta Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, garantindo que o suporte tecnológico esteja alinhado à complexidade das demandas institucionais. O principal resultado esperado é a plena operacionalização da nova unidade CRAS Parque Aeroporto, provendo o aparato necessário para que o atendimento seja iniciado com padrões de qualidade, agilidade e eficiência, e o ganho institucional nos outros Departamentos.

Em termos de impacto social, estima-se que a estruturação destas unidades beneficie diretamente cerca de 7 mil munícipes em situação de vulnerabilidade social em todo o território municipal. A modernização do parque tecnológico permitirá um acolhimento mais célere e um registro de dados mais preciso, refletindo na qualidade da atenção prestada ao cidadão. No âmbito interno, a solução atenderá a um universo de aproximadamente 120 servidores desta pasta, proporcionando condições de trabalho adequadas para a execução de suas funções técnicas e administrativas.

Por fim, do ponto de vista da gestão pública, pretende-se alcançar a máxima eficácia econômica por meio da aquisição de bens comuns de ampla competitividade no mercado. A escolha por equipamentos com especificações padronizadas visa garantir não apenas o menor preço, mas também a compatibilidade técnica e a facilidade de manutenção, assegurando que as necessidades apresentadas sejam atendidas de forma satisfatória e duradoura, em estrita observância ao princípio da economicidade.

10 — Providências a Serem Tomadas pela Administração

A nova unidade CRAS passará por reforma, cujo acompanhamento por parte deste Departamento de Proteção Social Básica compõe um cuidado que deve-se observar. Neste viés, os

espaços devem estar preparados para receber os Equipamentos, e adequados para tanto, o que torna imprescindível que a equipe deste Departamento reorganize os ambientes considerando os itens estimados neste ETP. Os demais órgãos citados deverão estar igualmente aptos a receberem os materiais elencados.

Os servidores responsáveis pela fiscalização da aquisição deverão estar preparados para avaliar se os materiais entregues estão de acordo com necessário, precisando possuir o mínimo de conhecimento acerca da demanda e natureza dos mesmos, visando inclusive a avaliação de catálogo de produtos.

11 — Contratação Correlatas e/ou Interdependentes

A estruturação tecnológica objeto deste Estudo Técnico Preliminar está intrinsecamente vinculada à reforma e adequação do imóvel que sediará o novo CRAS Parque Aeroporto. Somado à infraestrutura física, este Departamento de Proteção Social Básica já conduz tratativas para a implementação de sistemas de segurança e monitoramento, visando a salvaguarda do patrimônio público e a proteção de servidores e munícipes.

Ademais, estão previstas aquisições complementares de mobiliário administrativo e eletrodomésticos para atender tanto à referida unidade quanto à Vigilância Socioassistencial, garantindo a montagem completa das estações de trabalho. É importante ressaltar que, embora tais contratações possuam correlação lógica e física — por destinarem-se aos mesmos espaços institucionais —, os processos podem tramitar de forma independente, sem prejuízos técnicos ou operacionais à Administração Pública.

Contudo, para assegurar a eficiência no cronograma de inauguração, a entrega dos equipamentos de processamento de dados deve ocorrer de maneira anterior à implantação definitiva do CRAS Parque Aeroporto. Tal planejamento é fundamental para que a unidade inicie suas operações com recursos tecnológicos novos e plenamente configurados, evitando lacunas no atendimento à população desde o primeiro dia de funcionamento.

12 — Impactos Ambientais

Ao término da vida útil tecnológica dos equipamentos, estes serão encaminhados à Divisão de Patrimônio para a devida baixa e destinação final. O descarte será realizado mediante leilão ou via sistema de logística reversa, assegurando que os componentes sejam reinseridos em ciclos produtivos ou descartados de forma ecologicamente correta.

Tal medida visa consolidar uma contratação pública sustentável, minimizando o impacto ambiental e observando as diretrizes de responsabilidade socioambiental da administração municipal.

13 — Viabilidade da Contratação/Conclusão

Considerando todas as informações trabalhadas neste Estudo Técnico Preliminar, esta Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, na pessoa do responsável pela elaboração deste documento, avalia como viável à solução apresentada, pautando-se no preconizado pela legislação e pelas necessidades apresentadas.

14 — Declaração de Cumprimentos

Declaramos, para os devidos fins, que os requisitos do presente Estudo Técnico Preliminar foram cumpridos na íntegra, conforme estipulado no § 1° do art. 18° da Lei Federal 14.133/21.

Felipe de Freitas
Supervisor de Divisão de Proteção Social Básica